

CONVENIO SOBRE COMUNICACION
DE ANTECEDENTES PENALES Y DE
INFORMACION SOBRE CONDENAS
JUDICIALES POR TRAFICO ILICITO
DE ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS
PSICOTROPICAS

Los Estados firmantes del presente Convenio:

Teniendo en cuenta que los países Hispano-Luso-Americanos se hallan gravemente afectados por el tráfico ilícito de drogas y convencidos de que la investigación, prevención y represión del tráfico ilícito de drogas requiere la acción conjunta y la colaboración de todos los países,

Ha resuelto concluir un Convenio estableciendo un sistema rápido y ágil de comunicación de los antecedentes penales de los traficantes de drogas y, a dicho efecto, ha acordado las siguientes disposiciones:

Artículo 1.º—Las partes contratantes se comprometen a prestarse mutuamente, de conformidad con las disposiciones del presente Convenio, la más amplia asistencia posible en los procedimientos seguidos por actividades delictivas referentes a actos de cultivo, producción, fabricación, extracción, preparación, posesión (almacenamiento), oferta, distribución, compra, venta, despacho en cualquier concepto, corretaje, expedición, tránsito, transporte, importación y exportación de sustancias estupefacientes y sustancias psicotrópicas.

Artículo 2.º—1. Toda parte requerida comunicará, en la medida en que sus propias autoridades competentes puedan obtenerlos en casos semejantes, los extractos o información relativa a los antecedentes penales que soliciten las autoridades competentes de una parte y sean necesarios en una causa seguida por tráfico ilícito de estupefacientes o sustancias psicotrópicas.

Artículo 3.º—1. Las solicitudes de antecedentes penales deberán contener las siguientes indicaciones:

- a) Autoridad que formula la solicitud.
- b) Objeto y motivo de la solicitud.
- c) Identidad, si es posible completa, y nacionalidad de la persona de que se trate.
- d) Delito imputado y preceptos legales infringidos.

Artículo 4.º—1. Las solicitudes serán cursadas por el Ministerio de Justicia de la Parte requirente directa-

CONVENÇÃO SOBRE COMUNICAÇÃO
DE ANTECEDENTES CRIMINAIS E DE
INFORMAÇÃO SOBRE CONDENAÇÕES
JUDICIAIS POR TRÁFICO ILÍCITO DE
ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS
PSICOTRÓPICAS

Os Estados signatários da presente Convenção:

Tendo em conta que os países Hispano-Luso-Americanos se encontram gravemente afectados pelo tráfico ilícito de drogas, e convencidos de que a investigação, prevenção e repressão do tráfico ilícito de drogas requer uma acção conjunta e a colaboração de todos os países,

Dedidiu concluir uma Convenção estabelecendo um sistema rápido e ágil de comunicação dos antecedentes criminais dos traficantes de drogas e, para esse efeito, acordou nas seguintes disposições:

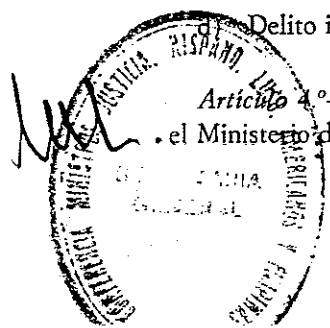
Artigo 1.º—As partes contratantes comprometem-se a prestar-se mutuamente, em conformidade com a presente Convenção, a mais ampla assistência possível nos procedimentos legais desenvolvidos contra as actividades delituosas de cultivo, produção, fabrico, extracção, proparação, posse (depósito), oferta, distribuição, compra, venda, entrega a qualquer título, corretagem, expedição, trânsito, transporte, importação e exportação de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas.

Artigo 2.º—Toda a Parte requerida comunicará os extractos ou a informação sobre os antecedentes criminais que sejam solicitados pelas autoridades competentes de uma Parte e se tornem necessários em processos por tráfico ilícito de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas, na medida em que as suas autoridades competentes possam obtê-los em casos semelhantes.

Artigo 3.º—As solicitações de antecedentes criminais deverão conter as seguintes indicações:

- a) Autoridade que formula o pedido;
- b) O objecto e motivo do pedido;
- c) Identidade, se possível completa, e nacionalidade da pessoa de que se trata;
- d) Delito imputado e preceitos legais infringidos.

Artigo 4.º—As solicitações serão transmitidas pelo Ministério de Justiça de Parte requirente directa-



mente al Ministerio de Justicia de la Parte requerida y devuelta por la misma vía.

En el momento de la firma de este Convenio, las Partes podrán designar el Órgano que debe ser requerido como expedidor de los antecedentes penales, en el caso de que no dependiera o no existiera en el país Ministerio de Justicia.

2. En caso de urgencia, en supuestos de prisión preventiva, las solicitudes podrán ser dirigidas directamente al Organismo competente de la Parte requerida y las respuestas remitidas directamente por este servicio.

Artículo 5.º—1. No se exigirá la traducción de las solicitudes.

2. Los documentos escritos que se transmitan en aplicación del presente Convenio, quedarán exentos de todas las formalidades de legalización, y de cualquier tasa o contribución.

Artículo 6.º—1. Toda denegación de facilitar los antecedentes penales solicitados deberá ser motivada.

Artículo 7.º—1. Sin perjuicio de facilitar los antecedentes penales cuando sean solicitados, cada una de las Partes informará a cualquier otra Parte interesada, de las sentencias penales y medidas posteriores que afecten a los nacionales de esta última y que hayan sido objeto de inscripción en el Registro de Antecedentes penales como consecuencia de condenas o medidas adoptadas en causas seguidas por tráfico ilícito de estupefacientes o sustancias psicotrópicas. Los Ministerios de Justicia se comunicarán recíprocamente esta información una vez al año.

2. En relación a la transmisión de informaciones a que alude el número anterior, podrán las partes solicitar informaciones complementarias.

Artículo 8.º—1. El presente Convenio está abierto a la firma de todos los Estados miembros de la Comunidad Hispano-Luso-Americana. Los instrumentos de ratificación, adhesión o aceptación serán depositados en la Secretaría General Permanente de la Conferencia de Ministros de Justicia.

2. El Convenio entrará en vigor tres meses después de la fecha del depósito del segundo instrumento de ratificación o aceptación.

3. Entrará en vigencia, con respecto a todo Estado que ratifique o acepte posteriormente el Con-

mente au Ministério de Justiça de Parte requerida e respondidas pela mesma via.

No momento da assinatura desta Convenção as Partes poderão designar o Órgão que deve ser requerido como expedidor dos antecedentes criminais, no caso de, no país, não existir Ministério da Justiça ou não depender deste.

2. Em caso de urgência, nomeadamente em situações de prisão preventiva, as solicitações poderão ser dirigidas directamente ao serviço competente da Parte requerida e as respostas remetidas directamente por este serviço.

Artigo 5.º—1. Não se exigirá a tradução das solicitações.

2. Os documentos escritos a transmitir em aplicação da presente Convenção serão dispensados de todas as formalidades de legalização e isentos de quaisquer taxas ou outros encargos.

Artigo 6.º—A recusa de fornecimento dos antecedentes criminais deverá ser justificada.

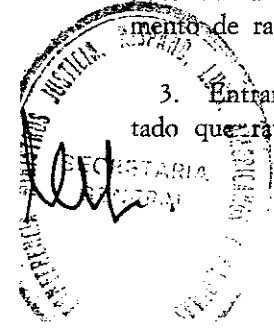
Artigo 7.º—1. Sem prejuízo do fornecimento dos antecedentes criminais quando solicitados, cada Parte informará a outra Parte interessada sobre as sentenças criminais e medidas subsequentes que afectem os nacionais deste último e tenham sido objecto de inscrição no Registro Criminal como consequência de condenação ou outras medidas adoptadas em processos por tráfico ilícito de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas. Os Ministérios da Justiça comunicarão entre si esta informação uma vez por ano.

2. Na sequência de transmissão de informações a que alude o número anterior podem as Partes solicitar elementos complementares.

Artigo 8.º—1. A presente Convenção fica aberta à assinatura de todos os Estados membros da Comunidade Hispano-Luso-Americana. Os instrumentos de ratificação, adesão ou aceitação serão depositados na Secretaria Geral Permanente da Conferência de Ministros da Justiça.

2. A Convenção entrará em vigor três meses após a data do depósito do segundo instrumento de ratificação ou aceitação.

3. Entrará em vigor, quanto aos Estados que ratifiquem ou aceitem posteriormente a Convenção,



venio, tres meses después de la fecha del depósito de su instrumento de ratificación, adhesión o aceptación.

Artículo 9.º—1. La duración del presente Convenio es indefinida.

2. Todo Estado contratante podrá denunciar el Convenio enviando una notificación en tal sentido al Secretario General.

3. La denuncia surtirá efectos seis meses después de la fecha de su notificación a la Secretaría General.

Artículo 10.º—1. El Secretario General de la Conferencia de Ministros de Justicia de los países Hispano-Luso-Americanos notificará a los Estados miembros adheridos a este Convenio:

- a) Las firmas.
- b) El depósito de los instrumentos de ratificación, adhesión o aceptación.
- c) Fecha de entrada en vigencia, en los términos del artículo 8.º
- d) Las denuncias del Convenio y la fecha a partir de la cual surten efecto.

três meses após a data do depósito do seu instrumento de ratificação, adesão ou aceitação.

Artigo 9.º—1. A duração da presente Convenção é ilimitada.

2. Todo o Estado contratante poderá denunciar a Convenção dirigindo uma notificação, nesse sentido, ao Secretário Geral.

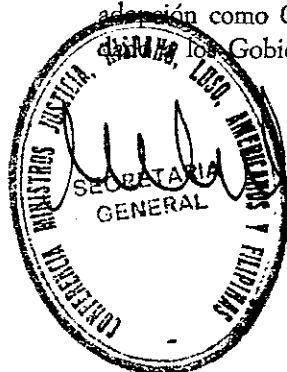
3. A denúncia surtirá efeito seis meses após a data da notificação ao Secretário Geral.

Artigo 10.º—1. O Secretário Geral da Conferência de Ministros da Justiça dos países Hispano-Luso-Americanos notificará aos Estados que tenham aderido à presente Convenção:

- a) As assinaturas;
- b) O depósito dos instrumentos de ratificação, adesão ou aceitação;
- c) A data de entrada em vigor, nos termos do Artigo 8.º;
- d) As denúncias da Convenção e a data a partir da qual surtam efeito.

Hecho en Lisboa a doce de octubre de mil novecientos ochenta y cuatro, en dos ejemplares, en los idiomas español y portugués, cuyos textos son igualmente auténticos. En testimonio de lo cual, los infrascritos firman «ad referendum» el presente texto, cuya adhesión como Convenio la Conferencia ha recomendado a los Gobiernos.

Feita em Lisboa, em doce de outubro de mil novecentos e oitenta e quatro, em dois exemplares, nas línguas espanhola e portuguesa, cujos textos são igualmente autênticos. Em fe do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados para u efeito pelos Governos respectivos, assinaram a presente Convenção.



DON MARCELINO CABANAS RODRIGUEZ, SECRETARIO GENERAL DE
LA CONFERENCIA DE MINISTROS DE JUSTICIA DE LOS PAISES
HISPANO-LUSO-AMERICANOS Y FILIPINAS.

C E R T I F I C O: Que el texto que se adjunta impreso,
debidamente autenticado con mi firma, concuerda fielmen-
te con el original, depositado en la Secretaría General
Permanente de mi cargo, del Convenio sobre "COMUNICACION
DE ANTECEDENTES PENALES Y DE INFORMACION SOBRE CONDENAS
JUDICIALES POR TRAFICO ILICITO DE ESTUPEFACIENTES Y SUS-
TANCIAS PSICOTROPICAS", que fue adoptado por la VI Confe-
rencia de Ministros de Justicia de los Países Hispano-
Luso-Americanos.

Y para que conste y a petición de la Embajada de la
República Argentina, firmo el presente certificado en
Madrid, a diecinueve de noviembre de mil novecientos
ochenta y cinco.

